

A CRISE DOS ANOS 30: ARGENTINA E BRASIL NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS

Pedro Cezar Dutra Fonseca¹

História comparada é sempre um desafio para o pesquisador. O cotejo entre acontecimentos históricos envolve escolha de variáveis necessariamente parcial, sempre com risco de simplificação. Ademais, a comparação entre dois objetos pode apresentar resultados completamente diferentes dependendo do método e do corte analítico de seu autor. Por outro lado, afirma o senso comum que comparar é apresentar semelhanças e diferenças. Todavia, só faz sentido comparar e apresentar diferenças entre “coisas” (objetos, fatos históricos, ideias) possuidoras de atributos semelhantes; da mesma forma, parece mais apropriado como exercício intelectual buscar diferenças em coisas semelhantes ou aparentemente iguais. Esta dialética em que a oposição semelhança/diferença convive em dois objetos e ao mesmo tempo os aproxima e os afasta sempre é um enigma a ser desvendado.

A política econômica executada pelos governos argentino e brasileiro na década de 1930 é exemplo de dois objetos que se prestam para comparação. Os países são os maiores da América do Sul e mantiveram (e mantêm) uma rivalidade histórica na diplomacia continental. São ex-colônias ibéricas que conquistaram sua independência das respectivas metrópoles no bojo da crise do mercantilismo, nas primeiras décadas do século XIX. A direção do Estado Nacional em ambos os casos passou a elites locais, marcadamente agrárias e comerciais, integradas à divisão internacional do trabalho sob a hegemonia do Império Britânico. Também a grande propriedade e a abundância de terras, com amplas fronteiras agrícolas férteis, marcaram as possibilidades de expansão econômica no período do “modelo agroexportador”. Durante a vigência deste, basicamente de meados do século XIX até 1930, em ambos os países começaram a aparecer atividades industriais principalmente de indústrias “naturais”, assim consideradas as atividades fabris voltadas a beneficiar matéria-local, basicamente a agroindústria, com tecnologia mais ou menos rudimentar e intensiva em mão de obra, como alimentos, bebidas, sapatos, chapéus, tecidos, etc. Finalmente, em ambos os países em 1930 houve ruptura institucional: na Argentina, o

¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pesquisador do CNPq.

presidente Yrigoyen foi deposto por um golpe militar, sob a liderança do general Uriburu, e no Brasil Vargas, após a derrota nas urnas, liderou um movimento e, com apoio do exército, iniciou um período de quinze anos no poder.

Apesar dessas semelhanças, os principais indicadores da economia brasileira no século XX são bastante superiores aos da Argentina. A hipótese aqui defendida é que tal desempenho deve-se, *pelo menos em parte, às diferentes políticas econômicas implantadas pelo governos dos dois países no período da Grande Depressão da década de 1930, em reação à crise iniciada em 1929*. Em adição, entende-se que *esses diferentes desenhos de políticas econômicas devem-se em boa medida às forças políticas que estavam à frente dos governos no período*. Deve-se deixar claro que não se excluem outras variáveis ou condicionantes, principalmente estruturais ou de longo prazo, mas aqui se quer chamar atenção para essa relação entre economia, política e política econômica como condicionante do processo e, por conseguinte, de seus resultados. Enfim, assume-se como corolário como *decisões importam na História*: rotas de longo prazo podem ser construídas e alteradas, por isso a relevância da práxis, tantas vezes salientada por pensadores, como Gramsci, para quem a ação humana não era inerte nem passiva como pressupunha um materialismo mais simplificado.

A Argentina larga na frente

Antes de abordar a conjuntura da década de 1930, cabe lembrar que a Argentina foi um caso muito mais bem sucedido do que o Brasil no modelo agroexportador: em 1900, seu PIB per capita era cerca de quatro vezes superior. Em 1910, seu PIB é estimado em 26.125 milhões de dólares, contra 17.622 do Brasil (Maddison, 1997). O país apresentava ainda indicadores sociais amplamente mais favoráveis, principalmente em educação e saúde, como em taxa de alfabetização, expectativa de vida e número de universitários na população jovem (Thorp, 1998). Muitas vezes sua qualidade de vida superava a de países europeus no período conhecido como *Belle Époque, grosso modo* das duas últimas décadas do século XIX até as duas primeiras do século XX. Seu metrô subterrâneo foi inaugurado em 1913, o primeiro na América Latina e em todo o Hemisfério Sul, quando a maior parte das capitais européias ainda não tinha (e o Brasil nem sonhava ter...).

A pujança deveu-se, pelo menos em parte, às características inerentes aos produtos que exportava, tidos como de alta elasticidade-renda, ou seja, cuja demanda tendia a aumentar com o crescimento da renda dos consumidores, principalmente dos países a que se destinavam, basicamente da Europa e Estados Unidos. O crescimento dos ricos jogava a favor das exportações argentinas de carne, couros, lã e trigo. Também eram um pouco mais diversificadas, pois no caso brasileiro o café chegava a perfazer de 70% a 80% do valor das exportações em boa parte do período, o que

repercutia no balanço de pagamentos e, de forma mais grave, nas crises. Ironicamente se dizia que, ao contrário dos itens valorizados da Argentina, o Brasil exportava produtos de sobremesa: café, açúcar, cacau... Estes, além de menos “necessários” e, portanto, com mercado consumidor mais vulnerável nas conjunturas de crise, possuem uma elasticidade-renda menor (em média não se tomará 50% mais de café quando a renda crescer 50%).

Entretanto, o fim desse período áureo já começara a dar sinais visíveis antes da Grande Depressão. Na década de 1920, há manifestações na imprensa e entre os intelectuais da consciência de que algo não ia bem. Raúl Prebisch, o futuro Presidente da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, já nessa década sentiu-se incitado a pesquisar séries históricas dos principais itens de exportação argentinos e observava que os mesmo apresentavam uma tendência de longo prazo de queda com relação aos preços dos importados. Obtinha, assim, os primeiros fundamentos empíricos para a teoria cepalina mais famosa e que mais polêmica gerou com os economistas liberais: a deterioração dos termos de intercâmbio. Esta advogava não só a queda tendencial da capacidade de importar dos países especializados na produção primária, mas sua vulnerabilidade maior nas crises, pois estes caíam mais do que o dos produtos industriais. A idéia de que isso acontecia já estava no discurso e no imaginário de parte das elites civis e militares latino-americanas muito antes², mas coube a Prebisch sistematizar e dar cunho “científico” à tese. Não deixa de ser fato inusitado que a crítica de maior repercussão à teoria liberal clássica da especialização segundo as vantagens comparativas tenha partido justamente de um intelectual do país latino-americano mais bem sucedido na etapa agroexportadora.

Não obstante, as idéias de Prebisch nunca chegaram a ser hegemônicas na Argentina e repercutiram mais no exterior do que em seu próprio país. Detestado pelos liberais e pelas elites agrárias, por apontar como caminho a industrialização, e pela esquerda por ser considerado conservador (criara o Banco Central argentino, era antiperonista, crítico do socialismo e apoiara golpes militares que em seu entender livrariam o país do “populismo”), Prebisch falava de problemas e de dificuldades presentes e futuras enquanto a nação queria ouvir como *voltar a seu passado*. Era corrente a afirmação segundo a qual a Argentina seria a quinta parte do Império Britânico (a pretensão de igualar-se a Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte). Daí a convicção dominante de que não se tratava de “lutar contra o imperialismo”, pois não houvera uma relação assimétrica no plano internacional: a Argentina vivenciara sua *Belle Époque* justamente quando sua economia estava mais

² Vargas, por exemplo, assim se manifestava em 1906, ainda estudante: “Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela captação e pelo fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar, manufaturados do estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta” (Fonseca, 1989, p. 35).

integrada ao Império. Seu padrão de comparação não era o Brasil, visto com um país pobre, tropical, de muitos negros, atrasado culturalmente. A Argentina, ao contrário, seria rica, branca (a tese oficial postula a inexistência de escravidão no país), de clima temperado, européia: a bela e imponente arquitetura de Buenos Aires desse período até hoje transmite esse imaginário europeu, que a torna singular entre as metrópoles latino-americanas.

A guinada conservadora na Argentina

A derrubada do presidente Yrigoyen por um golpe militar e ascensão do general Uriburu ao poder em setembro de 1930 representou a vitória da extrema-direita argentina. Iniciava-se o que a oposição denominou “década infame” ou *Concordancia*, ou, ainda, *Restauração Conservadora*. O presidente derrubado estava realizando um programa que precocemente lembra os futuros governos desenvolvimentistas da América Latina: fez investimentos públicos em infra-estrutura, como portos, energia elétrica e estradas, e em educação básica e superior; ensaiou uma política externa menos atrelada à Grã-Bretanha; defendeu o nacionalismo na questão do petróleo, impedindo a exploração por empresas estrangeiras, e na crise de 1929 fez intervenção no mercado cambial para impedir a fuga de ouro do país. A oposição contra ele foi implacável desde o primeiro dia até o desfecho do golpe: apregoava-se que sua derrubada era para impedir a implantação do bolchevismo na Argentina.

Com Uriburu, voltou a predominar a tendência de inserir a Argentina no comércio internacional e fazer desta inserção externa o motor de seu crescimento, ou seja, a tradicional tese liberal das vantagens comparativas. Entretanto, ao invés de desvalorizar o câmbio, as medidas iniciais tomadas foram para valorizá-lo: entendia-se que com isso o país poderia atender seus compromissos externos em dia, e aumentaria sua credibilidade externa. Com maior credibilidade, entrariam capitais na Argentina, e com isso haveria folga no balanço de pagamentos. Fato inusitado é o governo ter proposto a volta ao padrão-ouro quando nem seu fiador e defensor, o Império Britânico, mais o praticava. Essa estratégia de “choque de credibilidade” poderia até dar bons resultados em tempos de normalidade, mas não de crise: esta abalara o sistema financeiro dos principais países credores e simplesmente a medida era inócua porque não havia liquidez no mercado internacional. Uriburu presidiu o país até fevereiro de 1932, quando foi sucedido pelo general Augustín Justo, cuja eleição foi denunciada pela oposição como fraudulenta. Este mantém inicialmente a política cambial; com o aguçamento da crise, introduziu um câmbio duplo, em que as divisas provenientes do setor exportador tradicional (carne, trigo) passavam a ser controladas pelo governo, havendo liberdade cambial para os demais.

O governo Justo em matéria de política econômica apresenta certa dubiedade (quando se poderia advogar que, diante da gravidade da crise, exigir-se-iam medidas mais profundas e de envergadura). O liberalismo é simbolicamente ilustrado na literatura pelo Tratado Roca-Runciman (nomes do vice-presidente argentino e do ministro britânico). Diante da crise, a preferência inglesa era por importações dentro da própria *Commonwealth*, como Austrália e Canadá. Ao contrário do que apregoava o imaginário, a prática mostrava que a Argentina não fazia parte do Império Britânico nem tampouco da mais ampla *Commonwealth*. O acordo entre os dois países só foi possível após tantas concessões que passou a ser visto como símbolo da “submissão ao imperialismo”, e não só pela esquerda, como pelos próprios setores centristas do Partido Radical. E, mais importante, sua assinatura permite inferir que a elite argentina, mesmo sob o impacto da crise - que mostrava a fragilidade no longo prazo de um modelo de crescimento assentado na agroexportação -, não buscava alternativas; ao contrário, propunha aprofundar o próprio modelo - e justamente com o parceiro tradicional (como se o comércio internacional seguisse regras morais e a Inglaterra devesse se “sensibilizar” pela situação e “ajudar” o país, quando a própria Grã-Bretanha era decadente e, pelo menos há duas décadas, já fora ultrapassada pelos Estados Unidos como potência e com fortes indícios de ora ser pela Alemanha).

Outra medida na mesma direção foi a criação do Banco Central. Embora possa ser vista como decisão modernizadora, pois instituição fundamental no regramento monetário e cambial das economias capitalistas, o contexto de sua criação -1935 -, vem mostrar mais uma vez que a aposta argentina era na disciplina monetária e fiscal. Por que justamente esta prioridade diante crise? Aumentar a credibilidade do governo diante dos capitais privados interno e externo, de modo a criar um “clima de confiança” para os negócios e para o capital financeiro. Assim, tudo sugere que, ao contrário do *desenvolvimentismo* que florescia em outros países latino-americanos, como o Brasil, e que priorizava diante da crise a produção, o governo argentino parece que apostava no capital financeiro e na inserção internacional num mundo em que o próprio Keynes aconselhava a Inglaterra ajeitar-se a si mesma através dos gastos governamentais, pois não poderia mais contar com o mercado externo. Também é da mesma época o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, a mostrar que os próprios Estados Unidos apostavam em alternativas fora da cartilha ortodoxa não por razões ideológicas, mas por pragmatismo, como forma de alavancar os níveis de renda e de emprego.

Prebisch, seu mentor, como foi mencionado, mandou colocar na entrada do Banco Central um lema caro à ortodoxia econômica e aos defensores de sua autonomia: “*A missão primeira e fundamental do Banco Central da Argentina é preservar o valor da moeda*”. O Banco Central foi concebido por Prebisch como uma “empresa mista” e sua autonomia do governo assentava-se numa composição muito particular: “Apenas um dos doze diretores seria nomeado pelo governo, com os

restantes sendo escolhidos a partir de uma base ampla (sic): um pelo Banco de La Nación, o Banco da Província de Buenos Aires e os outros bancos provinciais acionistas; três seriam selecionados pelos bancos comerciais argentinos e mais dois seriam escolhidos por uma assembléia dos bancos estrangeiros que atuavam no país” (Dosman, p. 125). A dúvida é: por que tantos representantes dos bancos numa instituição que se propunha “técnica” e cujo objetivo era regulamentar o próprio sistema financeiro? Contar com representantes dos próprios bancos para estabelecer as diretrizes do Banco Central é inverter sua lógica como instituição “de estado”, embora no conselho houvesse representantes dos bancos estatais. Mesmo que a medida possa ser vista como uma mudança institucional modernizadora, detalhes como esse são relevantes para revelar seus propósitos e ideologia. Talvez por isso haja o registro de que Prebisch, que papel tão relevante teria mais tarde na América Latina como Presidente da CEPAL, tenha sido considerado pelo *Chase Manhattan Bank* como “membro da família” (idem, p. 269).

Finalmente, é importante ressaltar que pelo menos até 1935 a política econômica procurou obter equilíbrio orçamentário, mais uma vez reafirmando a regra das “finanças sadias”, ao invés de realizar política anticíclica. Ao contrário da receita keynesiana, os gastos governamentais sempre se mantiveram abaixo nesses anos do verificado em 1930: “Além disso, em meio à crise econômica, o Estado argentino foi obrigado a fazer maiores cortes nas despesas de capital em relação às despesas correntes. Enquanto estas baixaram de 49% a 45% do total dos gastos públicos entre 1930 e 1933, aquelas caíram de 22% a 12%, uma tendência que se inverteria nos anos seguintes, sobretudo devido ao investimento em obras públicas, especialmente estradas” (Fausto e Devoto, p. 261).

Apesar desses sinais que mostram o arraigado propósito de continuar no mesmo modelo e sob a mesma ideologia, o governo Justo em outros momentos parece dar mostras de certa percepção de que com a crise o mundo mudara. A criação da Junta Nacional de Carnes e da Junta Nacional de Granos, apesar de mais uma vez lembrar a prioridade exportadora, não deixam de sugerir que os mercados deveriam passar por certa regulação. Houve também medidas típicas que lembram certo apoio à substituição de importações, embora sem mudanças institucionais de vulto que pudessem fomentar novo modelo. A própria legislação trabalhista – sintoma do propósito de rumar para uma sociedade urbano-industrial – não conseguia avançar. Tentativas, como de Manuel Fresco, mesmo com inspiração fascista, “não passavam de esforços assistemáticos e fadados ao fracasso em face da hegemonia ideológica do *laissez-faire*” (idem, p. 266).

A heterodoxia brasileira

No Brasil, a ruptura institucional de 1930, reafirmada pela vitória governista na “Revolução Constitucionalista” de 1932, teve significado político muito diferente da Argentina, pois significou uma derrota para o principal núcleo exportador do país: a cafeeicultura. Há uma diferença anterior que serve de pano de fundo e não pode ser esquecida: ao contrário da Argentina, no Brasil havia um setor agrário voltado ao mercado interno cujo peso se manifestava na política, uma vez que a Constituição de 1891 consagrara o federalismo, e daí o peso das bancadas estaduais na Câmara dos deputados e, principalmente, no Senado (igual número de representantes por estado). Esses segmentos regionais estiveram à frente da “Aliança Liberal”, chapa encabeçada por Getúlio Vargas e João Pessoa para concorrer contra a candidatura paulista de Júlio Prestes (Fausto, 1970). Derrotada nas urnas em uma eleição denunciada como fraudulenta, os políticos civis recorrem ao Exército (e principalmente à jovem oficialidade, os “tenentes”) para levar adiante o golpe de estado.

Nem a “Aliança Liberal” era industrializante nem tampouco em sua composição era forte a representação de empresários industriais, até pelo baixo peso da indústria na economia do país (o principal centro era justamente São Paulo, o principal estado exportador). Tal como a “Aliança”, a “Revolução de 30” não foi um movimento que representasse a substituição de uma classe agrária por outra industrial. Entretanto, abriu espaço para isso. O importante aqui é observar que esses setores agrários não-exportadores, ou “voltados para dentro”, conquanto participassem do pacto do poder anterior, mesmo sem serem hegemônicos, desde o início do século XX vinham criticando a “prioridade exportadora” do país, embora sem força suficiente para articular um projeto próprio. O café, desde o Convênio de Taubaté (1906), precisava de freqüentes intervenções que transferiam seus custos ao conjunto da sociedade, através de desvalorizações cambiais e contratação de financiamento externo, fato mais tarde denominado por Celso Furtado de “socialização dos prejuízos”. No Brasil não houve uma *Belle Époque* exportadora do mesmo vulto que na Argentina (talvez com a exceção do “ciclo da borracha”, mas com impacto mais regional que nacional, na Amazônia).

Por razões diferentes, os setores agrários e militares emergentes em 1930 simpatizavam com a “causa industrial”. Os últimos claramente por uma questão de segurança nacional (por exemplo, siderurgia), principalmente com a polarização mundial que gradualmente majorava à medida que a década iria a seu final, desaguando na II Guerra. Já tais setores agrários tinham em comum com a indústria não só a defesa do mercado interno, mas das próprias “indústrias naturais”. Assim, antes de ver o industrial como rival ou concorrente, o produtor o entendia como mercado para sua produção: no Rio Grande do Sul, a criação de gado valorizava-se com a fabricação de enlatados ou de calçados, assim como a produção de leite em Minas Gerais beneficiava-se com a industrialização de laticínios.

A política econômica do governo brasileiro foi marcada por forte heterodoxia, a qual pode ser visualizada em duas frentes: na política de estabilização e nas mudanças institucionais.

A política de estabilização refere-se às políticas, cambiais, monetárias e fiscais voltadas, em caráter emergencial, ao enfrentamento a enfrentar da crise. O governo brasileiro estabeleceu o monopólio cambial no Banco do Brasil e fixou a taxa de câmbio depois de desvalorizá-la. A intervenção no mercado cambial foi profunda, com várias novas leis assegurando o controle governamental (Laan *et alli*, 2010). No campo monetário, o governo aumentou a oferta de moeda, o que assegurou a liquidez e o crédito. No campo fiscal, embora a previsão orçamentária em para alguns anos fosse de superávit, a execução orçamentária foi de déficit, o que acabou, na prática, representando uma política anticíclica. Essas políticas significaram uma sustentação da demanda agregada pelo Estado de forma semelhante a que Keynes, na *Teoria Geral*, proporia. Só que essa obra foi publicada em 1936, e o governo brasileiro desde 1931 começara a intervenção no mercado do café, incentivando os produtores a colherem a safra, mesmo havendo superprodução, para evitar que a crise e o desemprego se aprofundassem ainda mais. Este “keynesianismo antes de Keynes”, como é assaz conhecido, foi o que mais impressionou Furtado (1971). Ademais, como a sustentação de preços poderia sinalizar aos produtores que o governo continuaria a “socializar os prejuízos”, como na Primeira República, a saída foi colocar impostos sobre o próprio setor cafeicultor, de modo a não incentivar novas plantações e, ao contrário, fomentar a diversificação da produção primária e da pauta de exportações. Como decorrência, já na II Guerra o café alcançava menos da metade do valor das exportações brasileiras, tendência de queda que se manterá nas décadas seguintes. Financiar a compra e queima do café com recursos do próprio setor evitava pedir novos empréstimos externos, até porque a crise atingira em cheio os bancos credores. Aproveitando a divisão do mundo entre as forças que se enfrentarão na Segunda Guerra, Vargas, ao invés de apostar na “credibilidade das contas em dia”, como fizera a Argentina, suspendeu temporariamente o pagamento da dívida externa, ou seja, recorreu à moratória.

As mudanças institucionais referem-se a medidas de maior vulto, com impacto no longo prazo, como a criação de leis, códigos, novos órgãos no aparelho de Estado e redefinição das regras entre trabalho e capital, assim como a relação entre frações do capital (nacional, estrangeiro, agrário, industrial, etc.). Uma das questões enfrentadas diz respeito ao direito de propriedade do subsolo. Nesse contexto aparecem o Código de Minas e o Código de Águas, com a regulamentação do subsolo, fundamental na definição do direito de propriedade. As duas constituições, de 1934 e 1937, ampliaram a esfera do Poder Executivo no que tange à formulação das políticas monetária, tributária e cambial, diminuindo o poder dos estados e aumentando as prerrogativas da União. Esta última Carta praticamente extinguiu o federalismo em matéria de

natureza econômica, em consonância com a tendência autoritária e centralizadora da política.

Dentre essas mudanças institucionais, podem-se ainda citar, por sua importância, a reforma tarifária, de caráter moderadamente protecionista, adotada em 1934, e a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CCAI) em 1937. A primeira representou aumento da tarifa específica agregada e torno de 15% e foi resultado de negociação política do governo com líderes industriais então representativos e tidos como “nacionalistas”, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi (Abreu, 1989, p. 86). Já a CCAI possui um significado simbólico que não pode ser negligenciado, pois se tratava por primeira vez da criação de um setor dentro do Banco do Brasil voltado à concessão de crédito diretamente à produção, com financiamento em até dez anos para a instalação de novas indústrias ou ampliação das já existentes. A Carteira representou o embrião de futuros bancos de desenvolvimento e institucionalizou a concessão de crédito com a introdução de critérios de seleção de caráter técnico, o qual incluía a viabilidade econômica dos projetos.

Na mesma direção, também a legislação trabalhista e duas reformas educacionais – uma no início da década de 1930 (“reforma Francisco Campos”) e outra no Estado Novo (“reforma Capanema”) - vêm mostrar que o projeto governista abarcava mudanças de vulto no mercado de trabalho urbano.

A legislação do trabalho implicava praticamente a criação de um marco regulatório mediante a definição de regras elementares, como de contratação, dispensa, remuneração – até então inexistentes ou restritas a algumas categorias sindicalizadas. Estas, assim como os “benefícios” – férias, previdência, 13º salário – só adquirem sentido histórico ao se ter em vista a existência do referido projeto de industrialização, até porque se trata de legislação restrita à economia urbana, pois excluía os trabalhadores do campo – verdadeira marca institucional da formação do mercado de trabalho no Brasil. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi um dos primeiros órgãos a serem criados: em novembro de 1930, um mês após Vargas chegar ao poder. As reformas educacionais, por seu turno, visavam substituir o ensino exclusivamente “humanista” e preparador de elites, centrado em disciplinas como latim, francês, literatura, história, retórica e filosofia, por outro, mais voltado à preparação de mão de obra para o trabalho e para a produção, como as escolas técnicas e os cursos superiores de engenharia, contabilidade, agronomia e veterinária, entre outros. Vargas chega a tratar os trabalhadores como o “*capital humano* aplicável ao aproveitamento integral das nossas condições excepcionais de riqueza”, percepção por certo distanciada da visão de mundo das elites agrárias (Vargas, 1938, v. 3, p. 246; grifos nossos). Nesta mesma linha, já em 1933 foi proposta a criação, junto ao Ministério da Agricultura, do Instituto de Tecnologia, que se vincularia à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas. Previa-se, ainda, a criação de duas diretorias, das Minas

e das Águas, e três centros de pesquisa vinculados à extração mineral: Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química. E assim foi sendo criada uma série de órgãos, institutos, departamentos e comissões cujo sentido aponta para um comprometimento cada vez maior do estado com a produção, seja industrial ou agrícola³.

Assim, ao invés de executar políticas voltadas a manter a “vocação agrária” e sua posi o na divisão internacional do trabalho, como fizera o governo argentino, a posi o brasileira foi alterar o modelo de desenvolvimento: iniciava-se o processo de substitui o de importa es, com um projeto de industrializa o do país. O desenvolvimentismo como política econ mica e como ideologia substituía o liberalismo que ainda era hegem nico no país vizinho.

Conclusão

O século XX foi perverso para a Argentina e bem mais amigável para o Brasil, pelo menos se o parâmetro de compara o for o crescimento econ mico. Na Argentina, com exce o das *duas primeiras décadas*, que ainda podem ser consideradas como prolongamento da *Belle  poque*, as taxas de crescimento ficaram em média abaixo das brasileiras. Estas, ao contrário, são consideradas em média as maiores do mundo (com a possível exce o do Japão) no período, exceto nas * ltimas*

³ Além das institui es já mencionadas, pode-se citar, dentre outras, a cria o do Departamento Nacional do Trabalho e do Instituto do A o ar e do álcool, em 1933; do Conselho Federal do Comércio Exterior, do Plano Geral de Via o Nacional e da Comissão de Similares, em 1934; e do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937. A partir do Estado Novo, e certamente sob o impulso do contexto de guerra, esta política de cria o de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; de 1941, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias; de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; de 1943, a Consolida o das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de álcalis, a Comissão de Financiamento da Produ o, a Coordena o de Mobiliza o Econ mica, Funda o Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos; de 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econ mico; e, finalmente, de 1945, a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes institui es: a moeda e as políticas monetária e cambial. Para uma lista mais completa veja Fonseca (2003).

duas décadas do século, o que levou os anos de 1980 ficarem conhecidos como “*década perdida*”, pois representou o final de um longo ciclo de crescimento. Quanto aos indicadores sociais, a Argentina continuou apresentando números melhores, não só porque a reversão destes é geralmente mais lenta – um patamar de educação alcançado, por exemplo, é de difícil reversão, ou só a prazo muito longo – como também por ser menos populosa, ou seja, a renda per capita continuou superior à brasileira, só sendo superada em período mais recente. Ademais, o crescimento econômico brasileiro não foi acompanhado de redistribuição de renda: ao contrário, a tendência foi a concentração, principalmente após 1964. A Argentina, assim, por ter partido de uma situação bem superior do ponto de vista social pôde manter por longo tempo um patamar superior e gastar aos poucos o “capital acumulado”.

Essas diferentes trajetórias possuem implicações sociológicas e por certo vinculam-se ao imaginário que a sociedade faz de si mesma (e nessa não só suas elites, mas o que se vagamente rotula de “opinião pública”, e que formam um senso comum médio). A Argentina não esquece seu passado glorioso e muitas vezes parece querer crer que seu desvio dessa rota foi temporário; sempre parece estar pronta para *voltar*. E a volta sempre traz consigo o liberalismo como ideologia. Na década de 1930, o próprio Partido Socialista defendia o livre comércio internacional. Mais recentemente, há quem interprete o apoio popular a Menem e sua paridade do peso com o dólar em 1:1 uma medida que mexeu com esse sentimento. O próprio peronismo, embora defendesse a industrialização, não fez desta sua maior bandeira, mas a redistribuição da riqueza: a Argentina era uma nação rica que, a rigor, não exigia tantos esforços pró-crescimento: havia ainda uma renda da terra a redistribuir e o problema, portanto, era fundamentalmente de vontade política (Ferrari, 2007). As ditaduras militares dos dois países, embora no mesmo período e com vários aspectos semelhantes, não apagam o fato de no Brasil predominar uma ideologia autoritária, conquanto sem romper com o desenvolvimentismo: ao contrário, o sonho de “Brasil potência” convivia com estatais fortes, muitas consideradas de segurança nacional e dirigidas por militares. Na Argentina, ao contrário, governos como o de Jorge Rafael Videla partiram para a privatização, associando ideologicamente empresas estatais a socialismo (Visentini, 2013). Assim, conviveu o liberalismo econômico com ditaduras, num modelo mais próximo do Chile de Pinochet do que do caso brasileiro. Também o processo de privatização e de reforma do estado na década de 1990 foi muito mais radical na Argentina do que no Brasil (Visentini, 2012).

Já o brasileiro, diz a velha máxima, tem memória curta e “esquece sua história a cada quinze anos”. Olha ou acredita olhar fundamentalmente para a frente e repete que o Brasil é o “país do futuro”. Os discursos de dois presidentes ilustram claramente esse ponto de vista, capaz de empolgar a nação e fazer perdurar em sua memória. Ao contrário de Perón, o discurso de Vargas frisava que o Brasil era um país pobre, pois subordinado na divisão internacional do trabalho, já que lhe restava vender matérias-

primas e comprar produtos industrializados (Fonseca e Ferrari, 2012) . Era preciso um projeto econômico, alavancado pelo estado, para reverter a situação, e esse seria a industrialização. A distribuição viria gradualmente, à medida que o país fosse mudando sua estrutura econômica. Não havia um passado do que se orgulhar, a não ser a potencialidade dos recursos, sua cultura e “sua gente”, numa ideologia que procurava agregar todos as classes e segmentos nacionais para um projeto comum que acenava para um *futuro* melhor. Futuro que Juscelino Kubitschek empolgou a nação pretendendo acelerar construindo “50 anos em 5”; fugir do passado com pressa era a palavra de ordem. Nada melhor do que Brasília para ilustrar a fuga do passado: construída num deserto, como se a história começasse ali, com arquitetura modernista e sob a ideologia de um “novo Brasil” (com Vargas o termo era invertido: Estado Novo). Qual o símbolo da cidade, que figura entre milhares foi escolhida por seus idealizadores? O plano piloto é em forma de avião, que a jato vai para o futuro. Os governos militares mantiveram a visão futurista com roupagem autoritária e levaram ao paroxismo a preponderância do crescimento sobre a distribuição. Ao contrário de Perón, que apregoava a redistribuição como prioridade, e de Vargas, que a propunha como concomitante ao crescimento, o “Milagre” (1968-1973) a jogava para depois do crescimento do bolo, ou seja, para o futuro. Não pode deixar de impressionar a coerência cínica dessa ideologia com o imaginário internalizado da imagem que o país e, principalmente, suas elites, fazem de si mesmo (já consagrado no lema “Ordem e Progresso” da bandeira). Por isso a corrente interpretação sociológica de “fuga para a frente” como regra para a política brasileira: a “modernização conservadora”, que não segue o *ethos* reacionário de postular uma volta ao passado, pois propõe *modernizar*, embora sem ferir as estruturas e sem reformas mais drásticas: em vez de redistribuição de renda, o crescimento econômico é visto como o caminho mais suave para, no longo prazo, resolver os problemas de desigualdade e de exclusão social do país. A acomodação e a negociação são sempre preferíveis ao jogo de antagonismos descobertos, prática não muito comum na Argentina, onde o enfrentamento é mais freqüente no campo da política.

Sabe-se que trajetórias tão diferentes num mesmo período histórico, apesar de tantas características estruturais comuns, não decorrem de um único fator, pois resultam da interação de inúmeras e complexas variáveis. Essas não podem ser só externas ou exógenas, pois as trajetórias contrastantes dos países deram-se em um mesmo contexto internacional. Tudo sugere, portanto, que variáveis internas – econômicas, políticas, institucionais – foram capazes de influenciar no curso de longo prazo. Procurou-se aqui resgatar a década de 1930, marcada pela oportunidade histórica aberta pela profundidade da Grande Depressão, e as respostas que os governos de cada país deram à crise como relevantes para explicar as diferenças. Como desfecho, lembra-se que o PIB do Brasil alcançou o da Argentina durante a II Guerra e hoje é cerca de 5 vezes (US\$ 2,4 trilhões e US\$ 475 bilhões, respectivamente). Mas o último IDH coloca a Argentina em 45º lugar e o Brasil em 85º. O lamento

comum é que a Argentina, tivesse apenas mantido sua posição de 100 anos atrás, poderia estar entre os 10 primeiros. Já o Brasil também poderia também estar no mesmo grupo, caso seu crescimento, que hoje o ordena como sétimo PIB do mundo, fosse acompanhado pelos indicadores sociais. Os dois países, portanto, apesar das diferenças, têm ainda pouco a comemorar.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. *et alii*. *A ordem do progresso; cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

BASTOS, P. P. Z. "Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica dos anos 1930". In: *Economia – Selecta ANPEC*, v. 9, n. 4, dez/2008. p. 183-214.

BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D.. *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo, UNESP, 2012.

DOSMAN, E. *Raúl Prebisch (1901-1986); a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011. 656p.

FAUSTO, B. (1983). *A Revolução de 1930; Historiografia e História*. Brasiliense, São Paulo. 9ª ed. [1970].

FAUSTO, B. e DEVOTO, F. J. (2004). *Brasil e Argentina; um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Ed. 34.

FERRARI, A. (2007). *El peronismo: un fenómeno argentino. Una interpretación de la política económica argentina, 1946-1955*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Economia/UFRGS, Tese de Doutorado.

FERRER, A. (1989). *El devenir de una ilusión*. Buenos Aires, Sudamericana.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

_____. "Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930". In: *Revista de economia política*, São Paulo, jan/mar 2003, n. 89, p.133-148.

_____. "Os dois Prebischs". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 695-700, dez. 2011.

_____. "The articulation regional-national and the origins of the 'Revolution of 1930'". In: RANINCHESKI, S, et alii. *The Brazilian economy in historical perspective*. Brasília, Verbena, 2011.

_____. "A Revolução de 1930 e a economia brasileira". *Economia*. Brasília, ANPEC, v. 13, n. 3b, 2012.

FONSECA, P. C. D. e Ferrari, A. "Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón". *Economia e Sociedade*, Campinas, Número Especial, 2012.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1971.

MADDISON, A. (1997). *La economia mundial 1820-1992. Análisis y estadísticas*. OCDE.

Lenz, M. H. “As intensas e conflituosas relações econômicas e financeiras da Grã-Bretanha com a Argentina: do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2008

LAAN, C. Van Der, CUNHA, A. e FONSECA, P. C. D. “Política cambial e industrialização no Governo provisório de 1930: uma revisita aos pilares institucionais do início do PSI”. *XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC*. Salvador, 2010 [CD, www.anpec.org.br].

LEOPOLDI, M. A. P. (2000). *Política e interesses na industrialização brasileira; as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo, Paz e Terra.

THORP, R. (1998). *Progreso, pobreza y exclusión: una historia económica de América latina en el siglo XX*. Washington: BID.

VISENTINI, G. S. (2012). *Uma década de reforma: reestruturação dos órgãos e das atividades estatais na Argentina e no Brasil de 1989 a 1999*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UFRGS, Tese de Doutorado.

VISENTINI, P. F. (25/05/2013). “A lógica enviesada da ditadura de Videla”. *Zero Hora*, Caderno Cultura, p. 2